



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 02/07/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado elogiou o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar pelo Presidente Lula, que destinou R\$ 89 bilhões ao setor, com juros entre 2% e 3% ao ano. Afirmou que, o plano representa justiça social, segurança alimentar e valorização da agroecologia. Também destacou o papel da agricultura familiar na produção de alimentos básicos e defendeu políticas públicas para melhorar a qualidade de vida no campo. Ademais, criticou a manifestação na Avenida Paulista em apoio ao ex-Presidente Bolsonaro, classificando-a como pífia e motivada pelo medo diante da responsabilização judicial. Ao final, denunciou a incoerência da Direita, que, segundo ele, ignora os direitos sociais em favor de interesses empresariais.

Lucas Redecker (PSDB - RS) - O Deputado parabenizou o Governador Tarcísio de Freitas pela sanção da lei paulista que cria um cadastro com DNA e foto de estupradores. Lamentou a ausência de uma legislação semelhante em nível nacional e lembrou seu projeto de 2019, que prevê um cadastro nacional de persecução penal com foco em crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Afirmou que a proposta, já aprovada em comissões e pronta para o Senado, foi bloqueada por um recurso assinado por 53 deputados do PT, impedindo seu avanço. Ao final, fez um apelo para que o recurso seja pautado no Plenário, alegando urgência na criação de uma ferramenta que impeça a contratação de agressores em escolas, postos de saúde e instituições públicas.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado destacou sua participação na Comissão Especial que discute a PEC nº 14, de 2021, voltada à valorização dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Ressaltou a importância da proposta, que trata de temas como carreira, aposentadoria especial e reconhecimento constitucional da categoria. Também reforçou sua experiência com a atuação desses profissionais na ponta do sistema de saúde e anunciou a realização de um seminário no Espírito Santo para debater a PEC com os agentes locais.

Beto Richa (PSDB - PR) - O Deputado apresentou o Projeto de lei nº 3.149, de 2025, que institui o programa Jovem Empreende, voltado a facilitar a abertura do primeiro CNPJ para jovens de 18 a 25 anos e oferecer capacitação gratuita em gestão, finanças, marketing e legislação. Informou que a proposta visa combater o elevado desemprego juvenil, que ultrapassa os 18% segundo o IBGE, criando alternativas para jovens que desejam empreender, mas enfrentam obstáculos como burocracia e falta de apoio. Ao final, destacou sua



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

trajetória no apoio à inovação e à juventude no Paraná e defendeu que o empreendedorismo seja uma ferramenta de autonomia e transformação para a nova geração.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a atuação da extrema direita na Câmara dos Deputados, acusando Parlamentares opositores de sabotarem os interesses da população ao derrubarem o decreto presidencial que tratava da cobrança do IOF. Afirmou que essa ação representa uma “traição ao povo brasileiro” e é inconstitucional. Também defendeu a qualificação do Parlamento e reafirmou seu compromisso com a luta por justiça fiscal, destacando a agenda do Presidente Lula pela taxa dos super-ricos.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado anunciou a assinatura, pelo Governador Renato Casagrande e o Vice-Governador Ricardo Ferraço, da ordem de serviço para a obra de asfaltamento e reabilitação da rodovia que liga a comunidade de Melgaço ao Município de Domingos Martins (ES). Informou que a demanda partiu diretamente da comunidade e contou com o apoio de Vereadores locais, como Marcelo. Destacou o investimento de mais de R\$ 40 milhões e parabenizou o Governo do Espírito Santo por atender uma reivindicação histórica de uma população trabalhadora e produtiva da região serrana capixaba.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou o lançamento do novo Plano Safra pelo Governo Federal, que destina cerca de R\$ 600 bilhões à agricultura brasileira. Elogiou o trabalho do Ministro Carlos Fávaro, que tem ampliado mercados internacionais para os produtos do agro nacional e garantido recursos para pequenos, médios e grandes produtores. Também enfatizou a importância dos quase R\$ 80 bilhões reservados à agricultura familiar, setor predominante no sudoeste da Bahia, e reforçou a necessidade de valorização contínua desse segmento. Por fim, parabenizou o novo presidente da Codevasf, Lucas Oliveira, destacando sua missão de dar continuidade ao legado deixado por Marcelo Moreira, especialmente no fortalecimento do Nordeste.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada celebrou o impacto econômico dos festejos juninos de Sergipe, que atraíram 150 milhões de visitantes e registraram 92% de ocupação hoteleira em Aracaju (SE). Lembrou sua atuação como relatora da lei que declarou o forró manifestação nacional e promoveu o reconhecimento de Estância (SE) como capital do Barco de Fogo. Destacou ainda o Projeto de Lei que formalizou a Festa do Mastro de Capela entre as tradições culturais do Estado. Por fim, enalteceu a iniciativa Estação Acolher, idealizada pela Primeira-Dama Érica Mitidieri, que ofereceu suporte integral a trabalhadores informais e seus filhos durante os festejos, unindo celebração e responsabilidade social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado cobrou a votação urgente do Projeto de lei nº 341, de 2025, de securitização das dívidas dos agricultores do Rio Grande do Sul, cuja tramitação já tem urgência aprovada. Destacou que os produtores enfrentaram cinco anos de seca e, em 2023, uma enchente que agravou a crise no campo. Afirmou que o Governo Federal não apresentou medidas para apoiar os produtores e defendeu que a Câmara vote a proposta antes do recesso, como forma de garantir que os agricultores possam retomar suas atividades e manter a produção rural no Estado.

Marx Beltrão (PP - AL) - O Deputado criticou o Decreto nº 12.534, de 2025, editado pelo Governo Lula, por considerar que ele prejudica o acesso da população de baixa renda ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Argumentou que a mudança no cálculo da renda per capita, que agora inclui valores recebidos por meio de programas como o Bolsa Família, reduz artificialmente o número de beneficiários do BPC, sem aumentar efetivamente a renda das famílias. Por fim, classificou o decreto como uma medida técnica que retira direitos dos mais pobres e afirmou que apresentou um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para tentar revogar a medida, argumentando que ela viola compromissos internacionais e agrava a exclusão social.

Emidinho Madeira (PL - MG) - O Deputado homenageou o Sindicato dos Produtores Rurais de Passos (MG) pela realização da tradicional exposição agropecuária do Município, destacando o trabalho do Presidente Elder, do Vice-Presidente Wilson Catita e da diretoria. Celebrou o recorde mundial alcançado pela novilha da raça Gir Leiteiro de propriedade de Miller Cresta, com produção média de quase 65 quilos de leite por dia. Também agradeceu à comunidade de Monte Santo de Minas (MG) pelo sucesso da Expam, evento organizado pela Prefeitura e que atraiu grande público com rodeios e shows.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado registrou a presença de três Vereadores da cidade de Parnaíba (PI), destacando a importância do Município, considerado o mais relevante do Estado depois da capital Teresina (PI). Saudou o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Daniel Jackson, a Vereadora Neta da Kolping e o Vereador Maksuel Brandão.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado destacou sua participação na missão Excelsior 2025, da Força Aérea Brasileira (FAB), realizada em Breves (PA), considerada a maior operação humanitária já promovida pela FAB na Amazônia. Informou que a ação prestou mais de 30 mil atendimentos médicos e sociais em comunidades ribeirinhas de difícil acesso. Entretanto, alertou para a grave crise orçamentária das Forças Armadas, citando a falta de combustível e recursos para manutenção de aeronaves, segundo o Ministro da Defesa. Ao final, cobrou a recomposição do orçamento da Aeronáutica e defendeu o fortalecimento das instituições militares como prioridade nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado comentou a notícia sobre o desvio de R\$ 1 bilhão da conta reserva do Banco Central por meio de *hackers*. Informou que há indícios de que o valor total desviado possa chegar a R\$ 2 bilhões, já convertidos em criptomoedas. Também classificou o episódio como alarmante e afirmou que o caso revela falta de preparo do Governo Lula para lidar com crises de segurança cibernética. Por fim, criticou a ausência de respostas contundentes diante do ocorrido e alertou para os riscos que esse tipo de falha representa para as instituições financeiras do País.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado relatou visita ao salão do Senado Federal, onde destacou um quadro histórico de Gustavo Hastoy que retrata o Marechal Deodoro da Fonseca assinando o projeto da Constituição de 1891. Informou que a obra, depredada durante os atos de 8 de janeiro de 2023, foi restaurada e recolocada em exposição. Lembrou que o menino retratado na pintura era Mário Hermes, futuro Deputado Federal e sobrinho-neto de Deodoro. Também ressaltou a autoria de Ruy Barbosa no texto da Constituição de 1891, que atribuía às Forças Armadas um papel decisivo em momentos de crise institucional, apontando essa previsão como uma origem histórica dos golpes militares e civis no Brasil.

Rosângela Reis (PL - MG) - A Deputada registrou a presença do Vereador Daniel do Bem, de Ipatinga (MG), durante sessão presidida pela Deputada Delegada Katarina. Destacou o trabalho do Vereador como defensor da causa autista e sua atuação em projetos voltados às pessoas com autismo e às mães atípicas no Município e em todo o Estado de Minas Gerais.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Vereador Régis Bonmann, de Santa Rosa (RS), elogiando sua atuação na Fundação Municipal da Saúde e na área da educação. Ademais, destacou que o Vereador está em Brasília (DF) para audiências no Ministério da Saúde, buscando apoio a projetos de interesse da comunidade.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada anunciou a apresentação do Projeto de Lei (PL) nº 3.197, de 2025, de autoria de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), destinado a regulamentar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a extinguir a escala 6 por 1, com o intuito de ampliar os direitos da classe trabalhadora por meio de legislação ordinária. Defendeu a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 ou 36 horas, medida que poderia gerar até 8 milhões de novos postos formais. Ressaltou a necessidade de adaptar a seguridade social às novas formas de trabalho e de fortalecer a previdência pública. Por fim, criticou a Oposição por se opor à devolução de valores descontados indevidamente de aposentados em razão de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e afirmou que o Presidente Lula irá reparar essas perdas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado solicitou à Presidente em exercício um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Wendson da BK, de Itabaiana (SE).

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu a valorização dos conselheiros tutelares por ocasião do Dia do Estatuto da Criança e do Adolescente, celebrado em 13 de julho. Destacou a importância desses profissionais na garantia dos direitos de crianças e adolescentes e afirmou que lutará pela criação de um piso salarial nacional para a categoria. Criticou a remuneração incompatível com a complexidade da função, a disparidade entre regiões e a precariedade estrutural enfrentada por muitos conselhos tutelares, como a ausência de Internet, material básico, veículos, água e energia. Por fim, parabenizou Nailá por sua eleição à presidência da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro (Acterj), em substituição a Tatiana Charles.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a declaração do Presidente Lula de que só governa com o Supremo Tribunal Federal (STF), classificando-a como desrespeitosa ao Congresso Nacional. Celebrou a derrubada do decreto presidencial que aumentava o IOF, ressaltando que 242 Parlamentares da base governista votaram contra o Governo. Condenou ainda o apoio do Presidente à gestão do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ao final, apontou o agravamento da vulnerabilidade social, citando a situação do Município do Rio de Janeiro (RJ), e atribuiu a saída de 1.200 milionários do País em 2025 a uma política econômica que penaliza quem produz e sobrecarrega os mais pobres.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado declarou apoio ao Projeto de Lei (PL) nº 1.087, de 2025, do Presidente Lula, que concede isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, ao fim da escala 6 por 1 e ao combate aos supersalários. Manifestou-se contra a exclusão das verbas do Poder Judiciário do limite de gastos. Criticou a Oposição por alegar que a economia vai mal, apesar dos indicadores positivos em áreas como crescimento, emprego, câmbio e renda. Condenou aqueles que defendem ajustes fiscais que recaem apenas sobre os trabalhadores. Por fim, enalteceu o Governo Lula e apontou o cinismo da Oposição como principal problema do País.

Icaro de Valmir (PL - SE) - O Deputado celebrou as festas juninas realizadas em Sergipe em 2025, ressaltando seu valor cultural e econômico para o Estado. Destacou a Festa dos Caminhoneiros, em Itabaiana (SE), liderada pelo Prefeito Valmir de Francisquinho, e a Feira do Caminhão, que movimentou mais de R\$ 200 milhões, consolidando o Município como referência nacional no setor. Elogiou também o resgate do Forró de Areia Branca (SE), conduzido pelo Prefeito Talysson de Valmir, e a edição do Forró Caju, organizada pela Prefeita Emília Corrêa, com grande participação popular em Aracaju (SE). Por fim, enalteceu outras



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

festividades, como a Festa das Barracas, a Festa dos Bacamarteiros e o Arraiá do Povo, valorizando a cultura sergipana e sua contribuição para o turismo e a economia local.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado protestou contra o Presidente Lula por desrespeitar a decisão do Congresso Nacional, que rejeitou o aumento do IOF por meio da votação de 594 Parlamentares. Criticou a tentativa do Governo de cobrir déficits fiscais com elevação de impostos, alegando que a população já é excessivamente tributada e pouco beneficiada. Condenou a insistência no aumento do IOF após sua derrubada e acusou o Poder Executivo de afrontar o Poder Legislativo. Por fim, cobrou respeito à Câmara dos Deputados e à liturgia do cargo por parte do Presidente da República.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acusando-a de mentir e de se esquivar de responder a perguntas relacionadas às demandas das Regiões Norte e Nordeste durante audiência pública na Câmara dos Deputados. Reprovou a condução do Governo Federal e afirmou que seu fim está próximo. Contestou a declaração de que o controle do javali estaria normalizado, denunciando obstáculos à obtenção de autorização para a caça. Por fim, advertiu que, caso a prática seja proibida, organizará caminhões para soltar os animais no pátio do Palácio do Planalto.

Geovania de Sá (PSDB - SC) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 3.338, de 2015, denominado Lei Juliana Marins, que dispõe sobre a gratuidade do traslado de cadáveres ou restos mortais de brasileiro nato ou naturalizado, reconhecidamente pobre, falecido no exterior. Informou que a proposição, em tramitação desde 2015, foi desarquivada e aprovada por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), sob relatoria da Deputada Carla Dickson. Ressaltou a necessidade de comprovação da incapacidade financeira da família para acesso ao benefício e destacou a importância de dotação orçamentária específica. Por fim, solicitou a votação urgente da matéria em Plenário, em razão do apelo humanitário da medida.

Coronel Tadeu (PL - SP) - O Deputado homenageou os bombeiros militares pelo Dia Nacional do Bombeiro, celebrado em 2 de julho, destacando sua bravura em situações de catástrofe e emergência. Recordou a atuação da corporação nas enchentes do Rio Grande do Sul, nos desastres de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), e nos incêndios dos edifícios Andraus e Joelma, em São Paulo (SP), ocorridos nas décadas de 1970. Ressaltou que há mais de 60 mil bombeiros militares e outros 60 mil civis em atividade no País, além do efetivo da Polícia Militar de São Paulo, com cerca de 9 mil bombeiros, dos quais 10% são mulheres. Por fim, saudou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito Claudinei do Skinão, de Valentim Gentil (SP).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL - SP) - O Deputado criticou a recorrente dependência do Governo Federal em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF) para contornar derrotas no Congresso Nacional. Ademais, afirmou que a governabilidade tem sido mantida mediante compra de apoio parlamentar. Defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8, de 2021, que limita as decisões monocráticas do STF, já aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Condenou o aumento do IOF, classificando-o como imposto silencioso que eleva o custo de vida. Por fim, cobrou que o Parlamento vote as proposições que restringem o ativismo judicial, defenda o princípio da separação entre os Poderes e promova a restauração do Estado de Direito.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado saudou a população de Buriti Bravo (MA) pelos 94 anos de emancipação política do Município e destacou o início da semana de comemorações, sob a liderança da Prefeita Luciana Leocádio e do Vice-Prefeito Welson Amorim. Ressaltou a entrega de diversas obras, com destaque para a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) da comunidade de Jussara, viabilizada com apoio de seu mandato. Cumprimentou ainda os Vereadores, em especial a Presidente da Câmara Municipal, Marineide Brito, e a Vice-Presidente, Irisnalda Pereira. Por fim, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento da cidade.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, que sustou o decreto que previa a taxação de bilionários, bancos e sites de apostas (*bets*), destacando que o decreto federal foi rejeitado por manobra inconstitucional e em prejuízo da justiça fiscal. Condenou os Parlamentares que defendem os privilégios da elite financeira e que se opõem a políticas voltadas à classe média e aos mais pobres. Reprovou ainda aqueles que apoiam a desvinculação de recursos da saúde e da educação, a redução dos recursos orçamentários das universidades, o congelamento do salário mínimo e a acumulação de subsídios de Deputados com suas aposentadorias. Por fim, defendeu a política social e a política fiscal do Governo Lula direcionada à tributação dos super-ricos.

Delegado da Cunha (PP - SP) - O Deputado defendeu a ampliação do direito ao porte de arma para vigilantes, argumentando que, embora estejam legalmente autorizados a portar armas em serviço para proteger o patrimônio e terceiros, não podem utilizá-las para a própria defesa fora do expediente. Ressaltou que esses profissionais recebem mais de 200 horas de treinamento e são altamente capacitados. Criticou as restrições de calibre impostas à categoria, uma vez que enfrentam quadrilhas armadas com fuzis, dinamite e submetralhadoras. Por fim, reiterou seu apoio à aposentadoria especial para os vigilantes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou a política fiscal do Governo Lula, refutando a narrativa de que a Oposição teria agido em defesa dos bilionários ao votar pela derrubada do decreto que aumentava o IOF. Ademais, citou notícias sobre a tramitação de projetos e medidas que contradizem o discurso de justiça social do Governo, como a proposta de imposto sobre a cerveja, o aumento do imposto de importação sobre carros elétricos e híbridos, e a intenção de tributar a posse de armas de fogo. Por fim, condenou a visita do Presidente Lula à ex-Presidente argentina Cristina Kirchner, a quem classificou como criminosa condenada.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado esclareceu o teor do Projeto de Lei (PL) nº 2.769, de 2023, que dispõe sobre a criação do Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro e a criação da contribuição sobre a comercialização de bebidas alcoólicas para financiar o Fundo Nacional de incentivo e manutenção do carnaval brasileiro. Ademais, contestou a narrativa de que a proposta criaria um novo imposto sobre a cerveja, ressaltando que o objetivo é transferir à iniciativa privada parte dos custos relacionados à realização do carnaval, atualmente arcados pelo poder público.

Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ) - O Deputado manifestou preocupação com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aplicar retroativamente uma nova interpretação sobre as sobras eleitorais, alterando a composição da Câmara dos Deputados eleita em 2022. Criticou a cassação de sete mandatos obtidos com base nas regras vigentes à época do pleito, entre eles o do Deputado Gilvan Maximo, do Republicanos. Lamentou a rejeição da proposta do Ministro Ricardo Lewandowski, que previa a aplicação da mudança apenas a partir de 2024, e alertou para os riscos institucionais da retroatividade. Por fim, apelou ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, para que articule diálogo com o STF em defesa da segurança jurídica, do Estado Democrático de Direito e da soberania do voto popular.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado esclareceu que, em discurso anterior, limitou-se a ler a manchete publicada pelo jornalista Igor Gadelha, no portal Metrôpoles, segundo a qual um Deputado do Partido dos Trabalhadores (PT) fez avançar projeto de lei que cria novo imposto sobre a cerveja.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado reforçou a declaração do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em defesa da tributação dos ricos que não pagam impostos. Destacou que há muitos, na Câmara dos Deputados, que discordam da justiça fiscal defendida pelo Governo Federal. Por fim, elogiou os resultados econômicos da atual gestão, ressaltando a queda do desemprego para 6,2%, a redução da informalidade e o aumento da renda média do trabalhador.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou a proposta de cobrar impostos adicionais dos mais ricos, alegando que todos já pagam tributos e que a retórica da Esquerda se baseia em inveja e nivela por baixo. Defendeu que o crescimento pessoal se dá pelo esforço e que o verdadeiro combate à pobreza se faz com oportunidades, e não com assistencialismo. Lamentou que em diversos Estados o Bolsa Família supere a renda do trabalho formal. Além disso, condenou a realização do evento em Portugal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), vinculado ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. Por fim, reprovou o uso de recursos públicos para custear a viagem de Ministros, Governadores e dezenas de Parlamentares ao evento.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado denunciou um suposto rombo crescente nas reservas do Banco Central causado por *hackers*, mencionando valores que teriam subido de R\$ 1 bilhão para até R\$ 3 bilhões. Atribuiu a fragilidade do sistema à contratação de uma empresa que classificou como "de quinta categoria" pelo Governo Lula. Além disso, utilizou o episódio para levantar dúvidas sobre a segurança das urnas eletrônicas, insinuando que, se o sistema do Banco Central foi invadido com facilidade, as urnas também poderiam ser vulneráveis.

Patrus Ananias (PT - MG) - O Deputado propôs uma reflexão sobre a profunda desigualdade social no Brasil, que, apesar de ser uma das maiores economias do mundo, também figura entre os países mais injustos. Relacionou essa desigualdade às raízes históricas da escravidão e à ausência da aplicação efetiva do princípio da função social da propriedade. Defendeu a importância da tributação justa e progressiva para financiar políticas públicas essenciais como saúde, educação e segurança. Afirmou que é necessário que os que têm mais contribuam mais, enquanto os mais pobres sejam apoiados, garantindo um futuro com mais justiça social. Concluiu propondo um debate sério e responsável na Câmara sobre a reforma tributária, sem polêmicas, mas com compromisso com o bem comum.

Carla Dickson (UNIÃO - RN) - A Deputada criticou o uso de recursos públicos pelo Governo Federal, ironizando a Força Aérea Brasileira (FAB) como uma "agência de turismo" apelidada de "FABTur". Afirmou que a FAB estaria sendo usada para fins pessoais e políticos, como viagens internacionais luxuosas, transporte de aliados e figuras polêmicas, enquanto negaria suporte a causas humanitárias, como o traslado de brasileiros mortos no exterior. Também acusou o Governo Lula de desprezar a segurança nacional e de promover alianças com ditaduras, além de responsabilizá-lo por censura, escândalos envolvendo familiares e aumento de impostos. Rejeitou a justificativa de que o aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) afetaria apenas os ricos, afirmando que a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

carga tributária recairá sobre os mais pobres. Por fim, reforçou a crítica à quantidade de viagens do Presidente e à postura da esquerda no Congresso em defesa do decreto do IOF.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a política de desencarceramento adotada no Brasil, alegando que ela estaria disseminada nos três Poderes da República e contribuiria para o aumento da criminalidade. Além disso, citando dados comparativos, afirmou que o Brasil possui uma taxa de encarceramento inferior à de vários países da América Latina, mesmo apresentando níveis elevados de violência. Defendeu que a prisão efetiva de criminosos seria uma medida eficaz na redução de crimes e classificou a atual política penal como um “absurdo” e uma “vergonha para o povo brasileiro”.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o Governo Lula, acusando-o de promover aumento abusivo de impostos, gastar de forma descontrolada e recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para atropelar decisões do Congresso. Celebrou a derrubada do decreto do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) como vitória do povo. Em seguida, acusou o Governo de retórica populista e promessas não cumpridas, como picanha e cerveja para todos. Além disso, rejeitou o discurso de que o Executivo defende os pobres e afirmou que o Lula destrói a própria Esquerda. Finalizou dizendo que o Congresso deve romper com o Governo e que a direita está cada vez mais forte.

Florentino Neto (PT - PI) - O Deputado registrou a visita de três Vereadores de Parnaíba (PI) ao Congresso Nacional: Daniel Jackson, Presidente da Câmara Municipal, Maksuel Brandão e Neta Da Kolping. Destacou que os Parlamentares estão em Brasília (DF) tratando de pautas relevantes para o Município e o Legislativo local.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o Presidente Lula por afirmar que só governa com apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), ignorando o Congresso Nacional. Considerou a fala autoritária e desrespeitosa ao Legislativo, especialmente ao usar a expressão “cada macaco no seu galho”. Alertou para a quebra da harmonia entre os Poderes e citou pesquisa que mostra a má avaliação da relação entre o Governo e o Congresso.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou as declarações do Presidente Lula feitas na Bahia, considerando-as ofensivas à democracia. Mencionou que Lula afirmou que precisaria do Supremo Tribunal Federal (STF) para governar, o que confirmaria o uso indevido do “judicialismo de coalizão” como forma de Governo. Além disso, defendeu que o modelo seria incompatível com a Constituição e afirmou que o Governo não teria base no Congresso por falta de apoio popular. Por fim, apelou para que os partidos de Centro se distanciem do atual Governo, que chamou de “navio naufragado”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado acusou o Presidente Lula de desrespeitar o Congresso e a separação entre os Poderes ao recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a derrubada do aumento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), medida aprovada por ampla maioria na Câmara. Criticou o uso político do tributo, disse que o aumento afeta os mais pobres e afirmou que o Governo é fraco, sem base, e tenta governar por meio do Judiciário. Pediu que o Parlamento reagisse diante do que considera um ataque à democracia.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada defendeu o respeito institucional no Plenário da Câmara e pediu a retirada da palavra “marginal” das notas taquigráficas, usada anteriormente para se referir ao Presidente da República. Afirmou que, embora o espaço parlamentar seja destinado ao debate e à divergência política, o que é legítimo numa democracia, certos termos ultrapassam os limites do aceitável.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado reagiu ao pedido de retirada das notas taquigráficas feito pela Deputada Jandira Feghali, defendendo o uso dos termos que proferiu contra o Presidente da República. Alegou que durante o Governo Bolsonaro foram feitos ataques severos ao então Presidente, como “genocida” e “assassino”, sem que houvesse censura ou questionamento. Por fim, alegou que impedir o uso de expressões como “delinquente” ou “descondenado” contra Lula representaria cerceamento da liberdade de expressão e das prerrogativas parlamentares.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada reiterou seu pedido para que o Presidente da sessão se manifestasse formalmente sobre a solicitação de retirada das palavras ofensivas dos registros oficiais. Destacou que a decisão caberia à Presidência, não ao Deputado Carlos Jordy, que voltou a repetir os termos ofensivos. Concluiu defendendo a distinção entre divergência política legítima e ofensas pessoais de baixo nível, que envergonhariam o Congresso e contribuiriam para sua desmoralização perante a sociedade.

André Fernandes (PL - CE) - O Deputado defendeu o colega Carlos Jordy, argumentando que suas declarações ofensivas contra o Presidente Lula estão protegidas pela liberdade de expressão e imunidade parlamentar. Afirmou que, diante de condenações judiciais passadas, Lula pode sim ser chamado de “marginal” e outros adjetivos. Criticou o que chamou de “hipocrisia” da esquerda, ao lembrar que Jair Bolsonaro foi chamado de “genocida” sem sofrer censura. Por fim, reafirmou os termos usados por Jordy e ainda os ampliou, insistindo em ataques pessoais ao Presidente.

Any Ortiz (CIDADANIA - RS) - A Deputada denunciou o descumprimento do teto constitucional de gastos, destacando que em 2024 juízes receberam mais de R\$ 10,5 bilhões acima do teto — valor 49% maior que em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

2023. Criticou o Ministério Público e a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul por restabelecerem a licença-prêmio para seus membros, gerando privilégios que oneram o contribuinte. Reprovou a omissão do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Governo, que, segundo ela, buscam aumentar impostos, mas ignoram os supersalários e penduricalhos do alto escalão. Por fim, alertou que o novo imposto sobre Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) pode encarecer ainda mais o custo da comida e da habitação no país.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada manifestou solidariedade ao professor Robson Souza Pereira, demitido sem justificativa da Escola Estadual Prof. Jácomo Stávale, na zona norte de São Paulo (SP). Denunciou perseguição política e assédio por parte do Governo Tarcísio de Freitas, apontando uma política de demissões em massa de docentes da Categoria O e intervenções nas diretorias. Destacou que Robson é um defensor da gestão democrática e da melhoria da infraestrutura escolar, criticando o descaso do Governo Estadual diante de condições precárias, como salas com goteiras. Por fim, anunciou que vai notificar a Diretoria de Ensino exigindo a revisão da demissão.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a quem ironizou como "Marina Cinzas", durante sua participação na Comissão de Agricultura. Relembrou que Marina já chamou Lula de corrupto no passado, saiu do Governo em 2008 e disputou eleições contra o Presidente, afirmando que suas falas atuais são retóricas vazias e não correspondem à realidade. Além disso, acusou a Ministra de travar pautas importantes do País e disse que até mesmo o Governo Lula já a teria abandonado politicamente. Por fim, afirmou que a ida de Marina à Câmara não esclareceu as dúvidas dos Parlamentares.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada destacou o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2025-2026, anunciado pelo Presidente Lula, que destinou R\$ 89 bilhões ao setor, o maior volume de recursos já registrado. Também informou que, do total, R\$ 78,2 bilhões foram alocados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ademais, ressaltou que o plano priorizou a produção de alimentos da cesta básica, como arroz, feijão e leite, com taxa de financiamento mantida em 3% ao ano. Ao finalizar, enfatizou que o Governo reafirmou seu compromisso com investimentos que impactam diretamente a população e fortalecem a agricultura familiar no País.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada leu em plenário artigo do jornalista Rodrigo Constantino que classificou o Governo Lula como integrante do "eixo do mal" e cúmplice de ditaduras hostis ao Ocidente. Ressaltou que o texto citou reportagem da revista *The Economist* sobre a perda de influência externa e popularidade interna de Lula e criticou nota do Itamaraty que condenou bombardeios norte-americanos ao Irã. Também lembrou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

que, no texto, Constantino acusou PT, Supremo Tribunal Federal e parte da imprensa de formar consórcio para instaurar tirania, silenciar opositores e confundir público e privado, mencionando o uso de avião da FAB por Janja. Ao finalizar, endossou o conteúdo e elogiou o autor exilado nos Estados Unidos.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado acusou o Governo Lula de promover um cenário de engodo e manipulação de dados, ao criticar a taxa de desemprego de 6,2% divulgada pelo IBGE. Enfatizou que a metodologia utilizada desconsidera pessoas que buscam emprego há mais de um mês, o que falseia a realidade. Além disso, comparou o Governo brasileiro ao regime venezuelano, que teria alterado a data de nascimento de Jesus Cristo para maquiar crises. Por fim, classificou os dados oficiais como fraudulentos e associou o atual Governo a práticas de regimes autoritários.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por usurpar a função legislativa do Congresso, contrariando o princípio constitucional de que o poder emana do povo. Afirmou que o STF vem decidindo temas como a política de drogas, a regulamentação da Internet e a tributação, como o caso do IOF, sem respaldo popular e em desrespeito às decisões da Câmara. Defendeu que o Parlamento reaja votando projetos que limitem interferências do Judiciário, reforçando que os Deputados representam diretamente a vontade da população.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou para a possibilidade de substituição de sete Parlamentares eleitos em 2022, após mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal. Explicou que a decisão da Suprema Corte, inicialmente válida apenas para eleições futuras, passou a atingir mandatos atuais, contrariando regras eleitorais vigentes no pleito passado. Nesse sentido, afirmou que a medida afeta integrantes de diferentes partidos e representa grave violação da soberania popular. Solicitou à Mesa Diretora o envio do caso à Comissão de Constituição e Justiça para análise, em defesa da legitimidade dos mandatos eleitos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado parabenizou o Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro (CRO-RJ) pela reforma e reinauguração de sua sede, após 25 anos. Destacou a atuação da atual gestão, liderada pelo Presidente Dr. Bastazini Filho, e elogiou a qualidade da obra realizada. Ademais, reafirmou seu apoio à categoria e ao CRO-RJ, colocando seu mandato à disposição da entidade, mesmo não tendo participado presencialmente da cerimônia.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada afirmou que o Congresso agiu de forma inconstitucional ao tentar derrubar o decreto presidencial sobre o IOF, tema que não é de competência do Legislativo. Justificou a ação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

movida por seu partido no Supremo Tribunal Federal para corrigir a medida e criticou Parlamentares que se colocam acima da Constituição ao defender privilégios e fazer chantagem contra o Governo. Além disso, defendeu pautas como a taxação de grandes fortunas, o fim da escala 6 por 1 e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado rebateu a fala anterior da Deputada Sâmia Bomfim e defendeu a legalidade da decisão do Congresso de sustar o decreto do Executivo sobre o IOF. Ressaltou que o imposto foi utilizado com fins de arrecadação, o que contraria seu caráter extrafiscal. Também argumentou que o Parlamento agiu com base no artigo 49, inciso V, da Constituição, ao barrar o que classificou como abuso do Governo. Ademais, acusou o Presidente Lula de violar a separação entre os Poderes e alertou para o agravamento da relação entre Executivo e Legislativo.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado afirmou que a tribuna tornou-se o espaço mais perigoso da Câmara, pois Parlamentares podem ser presos por expressar verdades. Alegou que o Supremo Tribunal Federal passou a legislar no lugar do Congresso e que o Governo Lula recorre à Suprema Corte para reverter decisões como a sustação do decreto que aumentou o IOF, o que configurou confronto com o Legislativo. Em seguida, criticou o novo Plano Safra, que chegou acompanhado de juros elevados, menor incentivo e penalização ao produtor, ameaçando o agro do Maranhão e a economia nacional.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado afirmou que o País vive um apagão orçamentário provocado pela irresponsabilidade do Governo Lula e pela falta de capacidade do ministro Fernando Haddad em conduzir a política econômica. Disse que, após ultrapassar limites de gastos e tentar elevar o IOF, o Executivo recorreu ao Supremo Tribunal Federal, ignorando o Parlamento, que já havia barrado o aumento. Enfatizou ainda que a ida da Advocacia-Geral da União à Suprema Corte resultou de um acordo entre Lula e o Ministro Alexandre de Moraes, configurando manobra para validar novos impostos. Por fim, declarou que o Congresso não aceitará aumentos tributários nem interferência judicial sobre competência legislativa.

ORDEM DO DIA

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas dos quais decorram diminuição de receita ou aumento de despesa, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e dá outras providências.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; e a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais dos incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas dos quais decorram diminuição de receita ou aumento de despesa, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e dá outras providências.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado registrou o seu voto contrário ao requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para dispor sobre critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para concessão, alteração e avaliação periódica dos impactos econômico-sociais dos incentivos ou benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas dos quais decorram diminuição de receita ou aumento de despesa, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, e dá outras providências.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado, no âmbito da votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, destacou que os subsídios e incentivos fiscais passaram de 3% do PIB em 2003 para 6% em 2023, evidenciando crescimento preocupante. Defendeu que o Congresso exerce responsabilidade fiscal ao sustar o decreto do IOF, diferentemente do Governo Lula e Haddad, que não criticaram medidas como o aumento do número de Ministérios ou o fim do teto de gastos. Ressaltou que, apesar de aumento de arrecadação em 2023, os gastos cresceram muito mais, o que, na avaliação do Parlamentar, compromete a gestão pública.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo para que o Congresso Nacional altere os artigos 53 e 55 da Constituição, garantindo ao Parlamento a última palavra em casos de cassação de mandato, multas, prisões, inquéritos e questões relacionadas a redes sociais envolvendo Parlamentares. Além disso, criticou ataques do Governo e do Supremo Tribunal Federal ao Legislativo e expressou preocupação com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Parlamentares que estariam com medo de se manifestar. Ao concluir, ressaltou a importância de assegurar a autonomia e a proteção dos mandatos para representar o povo.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado, no âmbito da votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, apontou contradição entre Parlamentares que defendem cortes de gastos e aqueles que ampliam despesas, especialmente no próprio Legislativo, resistindo à taxação dos super-ricos. Reconheceu a importância de controlar gastos tributários com critérios rigorosos, disciplina e contrapartidas, mas classificou as isenções fiscais vigentes como abusivas. Por fim, defendeu a necessidade de enfrentar essa questão para garantir equilíbrio fiscal.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou ataques à Câmara por derrubar o aumento do IOF, rebatendo acusações da Esquerda, PT e PSOL de que os Deputados de Direita defenderiam os super-ricos. Apontou contradições ao citar uma Parlamentar do PSOL que usa bolsas e acessórios de luxo, sugerindo incoerência entre discurso e prática. Também criticou a postura de quem diz representar os pobres enquanto ostenta bens caros.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado informou ao Plenário que o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 128, de 2025, de sua autoria, que prevê a redução de 10% dos benefícios fiscais em todo o País, alcançou 259 assinaturas para tramitação. Esclareceu que o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, em debate, regula e traz transparência aos incentivos fiscais, mas não reduz o total concedido, enquanto o PLP nº 128, de 2025, representa a medida efetiva de corte. Também ressaltou a importância da avaliação quinquenal dos incentivos, prevista na Emenda Constitucional 132 da reforma tributária, e agradeceu o apoio dos partidos para votação em breve de seu projeto.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada destacou a importância de um novo marco legal para os benefícios fiscais, ressaltando que o texto do Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2019, a ser votado, deve abranger também os incentivos já concedidos anteriormente. Nesse sentido, apontou que o Brasil concede quase R\$ 1 trilhão em benefícios fiscais e enfrenta desigualdades profundas, com 200 mil pessoas detendo riqueza equivalente a 100 milhões de brasileiros. Defendeu a necessidade de corrigir essas distorções, avançar na isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, acabar com a escala 6 por 1 e promover justiça social e tributária.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada rebateu críticas à atuação do Governo Lula e à medida sobre o IOF, defendendo a ação do Executivo no Supremo Tribunal Federal para preservar prerrogativas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

constitucionais. Destacou que o decreto visa combater a evasão fiscal, tributando grandes fortunas, operações financeiras e bancos, sem impactar a maioria da população. Também criticou a oposição por defender cortes que atingem os mais pobres enquanto protege os ricos. Além disso, comentou a CPMI do INSS, afirmando que a fraude foi estruturada no Governo anterior e que o atual Governo trabalha para corrigir os prejuízos. Enfatizou a importância de reconhecer avanços sociais e pediu respeito ao presidente Lula e à Esquerda brasileira.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a fala da representante do Governo sobre taxar bilionários, lembrando que o Presidente Lula perdoou uma dívida de 11 bilhões de reais de sete empreiteiras envolvidas na Operação Lava-Jato. Contestou a afirmação sobre os 52 milhões de votos do Presidente, ressaltando que o Congresso representa 110 milhões de votos e que, na votação recente, a maioria da base governista, incluindo o PDT, votou contra o Governo. Ao encerrar, afirmou que o Governo do PT retrocede rapidamente, o que resultou na derrota no plenário.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado manifestou perplexidade com a declaração de uma Parlamentar de Esquerda, que teria apontado falsidade em afirmações da Direita e declarado que o Presidente Lula é bem-visto internacionalmente. Contrapôs essa narrativa, referindo-se à revista britânica *The Economist*, que teria classificado o Presidente Lula como uma vergonha internacional, com baixo apoio interno. Além disso, questionou a credibilidade das estatísticas do IBGE relacionadas ao desemprego, acusando o instituto de manipular dados. Por fim, afirmou que a Esquerda seria caracterizada por falta de veracidade e enrolação.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado comunicou a atuação como Relator do Projeto de Lei nº 341, de 2025, que dispõe sobre a securitização, com o objetivo de viabilizar o alongamento da dívida de produtores rurais afetados por adversidades climáticas, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul. Ressaltou a importância de garantir o acesso às linhas de crédito, inclusive ao Plano Safra, e mencionou articulações com o Governo Federal, incluindo reuniões com o Ministério da Fazenda, Banco Central e Ministério do Planejamento. Informou ainda que conta com o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária, da Comissão de Agricultura e de entidades do setor, e que o relatório será finalizado na próxima semana.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou uma declaração recente do Presidente Lula, considerada por ele um escândalo, por sugerir que o Governo dependeria da Suprema Corte para governar. Afirmou que essa fala é um desrespeito ao Parlamento e apelou ao Partido Liberal (PL) para que inicie um processo de *impeachment*, argumentando que o Presidente carece de apoio popular e Parlamentar e que a economia



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

nacional enfrenta dificuldades. Além disso, alertou para o que classificou como práticas autoritárias de governar por decreto e legislar por sentenças judiciais, o que considerou inaceitável.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado criticou a incoerência do Partido Liberal (PL) ao acusar o Governo de judicializar a questão do IOF, lembrando que o próprio PL foi o primeiro a recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra o decreto que elevou o imposto. Destacou que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agiu corretamente ao propor ação declaratória de constitucionalidade, defendendo prerrogativas do Executivo. Explicou que o IOF é instrumento legítimo de política fiscal e monetária, usado inclusive em Governos anteriores, como o de Jair Bolsonaro. Ressaltou ainda aprovação da urgência do projeto do Senador Esperidião Amin, que pode viabilizar corte linear em benefícios tributários, apontando impacto potencial de bilhões de reais na arrecadação. Por fim, defendeu também a taxação das *bets* e dos juros sobre capital próprio para reduzir desigualdades e reforçar o caixa público.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado rebateu as críticas do Parlamentar Lindbergh Farias, esclarecendo que a judicialização feita pelo Partido Liberal ocorreu antes da decisão do Congresso sobre o decreto do IOF, diferentemente da ação do Governo, que veio após a derrubada da medida pelo Legislativo. Criticou a tentativa de enfraquecer o papel do Parlamento em favor do Executivo e do Judiciário, afirmando que isso compromete a democracia. Defendeu ainda que cabe ao Legislativo definir as diretrizes fiscais e alertou que medidas como o aumento do IOF e a taxação de fundos imobiliários acabam penalizando os mais pobres, mesmo quando anunciadas como direcionadas aos ricos. Argumentou que tributar setores produtivos pode gerar inflação e repasse de custos ao consumidor. Concluiu que deixar os recursos na iniciativa privada pode ser mais benéfico à sociedade do que concentrá-los nas mãos do Estado.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado registrou a presença dos Vereadores Chico Filho, Presidente da Câmara Municipal de Maceió (AL), e Dr. Thiago Prado, destacando que ambos honraram a capital e o Estado de Alagoas com sua atuação política.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado registrou o falecimento do televangelista Jimmy Swaggart, destacando seu legado mundial como cantor, pregador, músico e comunicador do Evangelho de Jesus. Lembrou que, quando esteve no Brasil, Swaggart alcançou recorde de audiência pública, consolidando sua influência no País. Enfatizou também a importância do evangelista para milhões de pessoas no mundo e expressou respeito pessoal pela inspiração que recebeu de suas pregações enquanto residia em Guaraí (TO).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado abordou o discurso do Parlamentar Lindbergh Farias, afirmando que esperava conflitos internos no PT ao ver Lindbergh Farias como Líder e Gleisi Hoffmann como Ministra, por serem militantes que preferem o embate. Destacou que o papel da Oposição é fazer contraponto. Além disso, criticou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por transferir ao Congresso a responsabilidade de reduzir privilégios, classificando essa estratégia como artifício de *marketing*. Acusou o Governo de transformar o Palácio do Planalto em espaço de gastos excessivos e afirmou que Lula tenta atribuir culpas ao Parlamento, comparando essa postura ao personagem Homer Simpson, que dizia poder culpar quem quisesse.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado afirmou que a Constituição brasileira está sendo desrespeitada e criticou a interferência do Supremo Tribunal Federal em decisões do Congresso Nacional, citando especificamente o Ministro Alexandre de Moraes. Alertou para o risco de ruptura institucional e classificou o cenário atual como de “baderna jurídica” e crise de governança. Além disso, defendeu o corte de gastos nos Três Poderes, o fim dos supersalários e a revisão de privilégios, inclusive no próprio Congresso. Sugeriu uma miniconstituinte para redefinir o sistema político, defendendo a adoção de um parlamentarismo com responsabilidade, nos moldes espanhóis, ou o fortalecimento do presidencialismo. Encerrou cobrando medidas para conter os quase 1 trilhão de reais em subsídios que classificou como vergonhosos para o País.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada afirmou que parte expressiva da sociedade enxerga o Congresso como inimigo do povo, percepção intensificada pelas redes sociais. Defendeu existir um “andar de cima” e um “andar de baixo” no Brasil, destacando a concentração de 63% da riqueza nas mãos de 1% da população, as desigualdades raciais e a baixa renda da população negra em comparação com a branca. Considerou correto o decreto do Governo que aumentou o IOF, por atingir os mais ricos, criticou a decisão da Câmara de derrubá-lo e apoiou a ação direta de inconstitucionalidade do PSOL no Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, rejeitou propostas que onerem os mais pobres, como desvincular o salário mínimo de benefícios previdenciários ou reduzir gastos em saúde e educação. Por fim, defendeu isenção de Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, a taxação das grandes fortunas e o fim da escala seis por um, propondo justiça tributária para reduzir desigualdades.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado acusou o Presidente Lula, o PT e a Esquerda de serem “sanguessugas do bolso dos brasileiros”, referindo-se ao aumento de mais de 28 tributos desde o início do atual mandato, e afirmou que o Governo prioriza a elevação da carga tributária em detrimento da contenção de despesas. Contestou fala do Deputado Lindbergh Farias sobre a atuação do Partido Liberal (PL) no STF e defendeu que o Partido buscou impedir medidas que retirariam recursos da população. Criticou também a retórica governista que rotula o IOF como imposto sobre os ricos, alegando que sua incidência prejudica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

diretamente os mais pobres ao onerar compras de eletrodomésticos e bens de consumo básico. Enalteceu a atuação de siglas como PDT, PSB, União Brasil, Republicanos, PP e NOVO, que votaram contra o aumento de impostos. Além disso, acusou o Governo de promover divisões regionais e sociais, como entre Sul e Nordeste ou entre diferentes grupos identitários. Ainda criticou a atuação do Executivo em relação ao caso de fraudes contra aposentados, exigindo a devolução imediata dos valores e insinuando proteção a aliados próximos do Presidente. Questionou também os gastos com viagens internacionais, como hospedagem presidencial na França ao custo de R\$ 1 milhão, e concluiu cobrando responsabilidade do Governo e reafirmando a independência do Parlamento na defesa dos interesses da população brasileira, especialmente os mais pobres.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Além disso, elogiou o relatório do Deputado Fraga e declarou que o Brasil enfrenta uma guerra contra o crime organizado, com 40 mil homicídios anuais e forte sensação de impunidade. Criticou a legislação atual por permitir progressão de regime após 40% da pena e afirmou que crimes graves exigem maior rigor penal.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a atuação da Esquerda, que classificou como cínica e negacionista em relação à criminalidade. Assinalou a expansão das facções criminosas no Brasil, mencionando a existência de mais de 88 grupos organizados envolvidos em crimes hediondos e qualificados. Defendeu que o Parlamento tem o dever de reagir com rigor e responsabilizar os criminosos, diferenciando os que defendem o povo daqueles que protegem criminosos.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado comunicou a morte do agricultor Valdemar Both, ocorrida durante uma abordagem da Brigada Militar no Município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Manifestou solidariedade à família da vítima, que presenciou a ação, e afirmou que a denúncia que motivou a abordagem não justificaria a violência empregada. Por fim, cobrou celeridade nas investigações e justiça para o caso.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado registrou a presença do Presidente da Câmara Municipal de Ibatiba (ES), Marcus Delega, médico-veterinário e integrante da base do Prefeito Dr. Luis Pancoti, do Partido Liberal (PL). Destacou a importância econômica do Município, um dos maiores produtores de café do Brasil, e elogiou a gestão do Prefeito. Por fim, deu as boas-vindas ao Vereador e reiterou seu apoio por meio do mandato.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou os 29 anos de circulação ininterrupta do jornal *O Companheiro*, fundado em 1996, pelo jornalista Noel Francisco, no Município de Porciúncula (RJ), no noroeste fluminense. Destacou a importância do veículo para a imprensa regional, com foco em cultura, história e notícias de abrangência local, estadual e nacional. Informou que o jornal também está disponível *on-line*. Ao final, criticou a atuação da extrema direita no plenário, acusando seus representantes de mentirem e de atuarem contra os interesses do povo brasileiro.

Kim Kataguirí (UNIÃO - SP) - O Deputado defendeu o endurecimento do cumprimento de penas para crimes hediondos, propondo que 80% da pena sejam cumpridos em regime fechado antes da progressão, e criticou a atual legislação penal por permitir progressão com apenas 40% da pena. Manifestou-se contrário a qualquer progressão e afirmou estar colhendo assinaturas para um plebiscito sobre uma nova Constituição que permita pena de morte e prisão perpétua. Além disso, elogiou o Relator, Deputado Alberto Fraga, do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, por estender o projeto a todos os crimes hediondos, e rebateu críticas do PSOL com base em pesquisa que revelou que 88% dos presos entrevistados em São Paulo não teriam cometido crimes sob legislação mais rígida. Rechaçou ainda ideia de que o endurecimento penal não reduz a criminalidade, acusando o STF e o CNJ de terem afrouxado a legislação com decisões como o fim da prisão após condenação em segunda instância e a criação da audiência de custódia. Por fim, criticou propostas do PT



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

que condicionam o endurecimento da pena à reincidência, questionando se seria preciso cometer duas vezes um crime hediondo para receber punição mais severa.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado relatou sua experiência como ex-policial e criticou a liberação de criminosos em audiências de custódia, destacando que Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, em discussão, representa um alívio para os agentes de segurança que arriscam a vida diariamente. Defendeu o endurecimento de penas como forma de prevenção e criticou o PT e o PSOL por priorizarem a defesa de criminosos. Além disso, acusou o Governo Federal de irregularidade ao aumentar o IOF com fins arrecadatórios, apoiando o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 214, de 2025, aprovado pelo Congresso. Por fim, declarou que o Governo Lula se apoia excessivamente no Supremo Tribunal Federal e criticou a suposta tentativa de centralizar poder no Ministro Alexandre de Moraes.

Rosângela Moro (UNIÃO - SP) - A Deputada elogiou a iniciativa original do Projeto de Lei (PL) nº 1.112, de 2023, proposto pelo Deputado Alfredo Gaspar, que impõe o cumprimento de 80% da pena para progressão de regime em casos de crimes contra autoridades como promotores, oficiais de Justiça e policiais, ressaltando que esses profissionais colocam suas vidas em risco para combater o crime. Enalteceu também os aperfeiçoamentos feitos pelo Relator, Deputado Fraga, ao incluir homicídios e feminicídios na proposta. Manifestou que, idealmente, o PL deveria exigir 100% do cumprimento da pena, criticando a progressão e benefícios penais frequentemente defendidos por partidos de Esquerda. Por fim, mencionou dados do CNJ que indicam reincidência de 30% entre os que progridem de regime, apontando o crescimento da criminalidade como argumento para a urgência da medida.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado comunicou que o PDT apoiaria unanimemente o substitutivo do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, apresentado pelo Deputado Fraga, valorizando a proposta e destacando seu impacto sobre o sistema penal brasileiro, especialmente na regulação da progressão de pena, atualmente limitada a 70%. Embora tenha ressaltado a relevância da medida em relação aos crimes hediondos e equiparados, assinalou a necessidade de se compreender a dimensão da alteração legal em curso. Mencionou ainda que a progressão da pena depende do bom comportamento e de condições objetivas, elementos que não vêm sendo eficazes aos olhos da sociedade. Finalizou registrando que outras observações seriam feitas durante a orientação de voto do partido.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu um debate mais racional e refletido sobre os efeitos do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, em votação, argumentando que a progressão de regime deve ser compreendida como um mecanismo de reintegração social do preso, conforme previsto na legislação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

brasileira. Assinalou que, além do bom comportamento, o sistema penal é guiado pela lógica da dosimetria das penas, presente tanto no Código Penal quanto no Código de Execução Penal. Criticou a imposição uniforme de 80% de cumprimento de pena para crimes hediondos, com ou sem resultado morte e com ou sem reincidência, por entender que isso fere a proporcionalidade das penas. Por fim, apelou pelo retorno ao texto original do projeto, que, embora divergente, respeitava a gradação das penas conforme a gravidade dos crimes.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado apontou o sistema prisional como o principal problema da criminalidade no Brasil, afirmando que os presídios se tornaram centros de articulação do crime organizado, dominados por facções e milícias. Relatou sua experiência como advogado criminalista e ex-integrante da CPI dos presídios, e defendeu maior rigor na progressão de pena em casos de crimes hediondos, especialmente homicídios e feminicídios, conforme o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023. Argumentou que permitir progressão penal branda nesses casos contribui para a reincidência e o fortalecimento das facções, que continuam operando tanto dentro quanto fora dos presídios. Defendeu, assim, que o endurecimento da progressão de pena seja parte da estratégia para enfraquecer o controle das facções sobre o sistema prisional.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu uma reforma ampla do Código Penal e da Lei de Execução Penal, argumentando que os criminosos e o crime organizado vêm assumindo o controle em diversas regiões do País, especialmente na Paraíba. Reforçou a necessidade de uma resposta firme e imediata do Congresso Nacional como forma de enfrentamento ao avanço da criminalidade e de garantia de paz social à população brasileira.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado proferiu parecer às emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado elogiou a Presidência da Câmara e o Relator Deputado Alberto Fraga pela condução e aprimoramento do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Destacou que sua emenda, que visava tornar a legislação mais rígida, foi superada positivamente pelo relatório final, que ampliou o alcance das medidas. Ressaltou a necessidade de uniformidade nas penas, criticando a prática de variação conforme o perfil da vítima. Enalteceu o projeto como um dos melhores da atual legislatura e anunciou a retirada do destaque do Partido NOVO em apoio ao texto final.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a condução do debate sobre o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ressaltou que o tema tratava da execução penal, e não de aspectos do direito penal ou processual penal. Afirmou que os indivíduos em questão já haviam sido condenados e que o foco deveria ser o cumprimento efetivo da pena. Defendeu a proposta como instrumento para reforçar a justiça e combater o sentimento de impunidade. Rejeitou o uso equivocado de termos técnicos e pediu a imediata abertura de votação nominal, alegando que ela revelaria quem estaria ao lado da população e quem estaria favorecendo criminosos.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado defendeu a votação nominal como medida de transparência perante os eleitores e elogiou o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Comparou a proposta à política penal de El Salvador, onde condenados por crimes graves cumprem 100% da pena em regime fechado. Argumentou que o medo da punição reduz a criminalidade e citou estudo realizado com presos no Rio de Janeiro para sustentar sua posição. Por fim, criticou os que se opõem ao projeto, afirmando que sua rejeição demonstraria indiferença tanto com vítimas quanto com os próprios autores de crimes.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado comentou declaração anterior sobre pena de morte, afirmando ter mudado de opinião ao observar ações do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Em seguida, denunciou o roubo de um bilhão de reais do Banco Central, classificando o episódio como grave e estranho, e criticou a ausência de reação do Governo. Anunciou que sua equipe preparava um pedido de convocação do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos sobre o caso. Finalizou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

com uma provocação sobre a segurança das urnas eletrônicas, insinuando que o País teve sorte por elas não serem, suscetíveis a invasões.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado fez um apelo ao Relator para preservar o texto anterior do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Argumentou que aplicar a exigência de 80% do cumprimento da pena a todos os crimes ignora o princípio da ressocialização e transforma o sistema prisional em uma escola de criminosos. Defendeu a diferenciação entre crimes violentos e não violentos, permitindo retorno gradual à sociedade para os casos menos graves. Por fim, citou dados internacionais para embasar sua posição e alertou que a proposta atual pode aprofundar a criminalidade em vez de combatê-la.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal corrige falhas da Lei de Execução Penal, apontada como causa central da impunidade no País. Defendeu o endurecimento no cumprimento das penas como forma de coibir a reincidência, criticando os benefícios legais que tornariam as punições ineficazes. Além disso, mencionou exemplos internacionais para contrastar com a situação brasileira e apontou a banalização da violência como reflexo da ausência de temor à punição. Por fim, destacou como avanço a exigência de 80% do cumprimento da pena para a progressão em casos de feminicídio, classificando como inaceitável qualquer argumento que relativize esse critério.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado encaminhou a votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Na oportunidade, Criticou a atuação do Governo Federal e acusou o Presidente da República de apoiar criminosos. Encerrou com ataques pessoais, reforçando seu alinhamento à pauta de segurança pública e ao discurso punitivista.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Na oportunidade, disse que será apresentada ao Senado uma emenda sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Na oportunidade, rechaçou críticas da oposição que apontaram risco de superlotação carcerária, enfatizando que a medida se aplica apenas a crimes graves, como feminicídio, estupro de crianças e latrocínio. Afirmou que o posicionamento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

contrário à proposta revelaria vínculos da esquerda com o crime organizado. Por fim, celebrou a atuação da Câmara na aprovação do projeto e reiterou seu apoio ao endurecimento penal.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Na oportunidade, destacou que apenas 20% dos homicídios no Brasil são elucidados e defendeu investimentos em perícia independente, investigação qualificada e atuação eficaz do Ministério Público. Reafirmou que a progressão de regime é um direito condicionado ao bom comportamento do preso e visa à reintegração social. Por fim, alertou que a imposição de 80% de pena para todos os crimes hediondos ignora a proporcionalidade entre condutas distintas e rompe com os princípios da dosimetria penal e da execução penal vigentes.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ademais, contestou a proposta do Deputado Lindbergh Farias de incluir crimes contra o sistema democrático na legislação penal, alertando que leis mais severas não retroagem e, portanto, não atingiriam os atos de 8 de janeiro de 2023. Além disso, afirmou que a baixa taxa de elucidação dos homicídios no Brasil deve motivar esforços para solucionar os 80% não esclarecidos, e não justificar a redução de pena para os 20% que são devidamente apurados.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ademais, exaltou a política de segurança pública da Direita e da Oposição e destacou que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) defendem criminosos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que a Direita ao aprovar a proposição em apreço garante que os assassinos da Vereadora Marielle Franco cumpram 80% da pena.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ademais, parabenizou o Deputado Alfredo Gaspar, autor da proposição, e esclareceu que, na qualidade de Relator, ampliou o alcance do projeto para proteger não somente as autoridades, mas também os cidadãos em geral. Além disso, acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de defender criminosos. Por fim, defendeu que bandido bom é bandido morto.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ademais, agradeceu o apoio do Relator Alberto Fraga e dos demais Parlamentares, criticando a posição da Esquerda contrária à proposição e leniente com os criminosos.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado agradeceu o Deputado Afonso Motta, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que orientou a favor do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado cumprimentou o Deputado Alfredo Gaspar, autor da proposição, e o Relator Alberto Fraga pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Ademais, criticou a Esquerda por defender criminosos.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 1.112, de 2023, que acrescenta inciso ao art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para estabelecer em 80% (oitenta por cento) o cumprimento mínimo da pena para progressão de regime, caso o apenado seja condenado por homicídio na forma do art. 121, § 2º, inciso VII do Código Penal. Agradeceu ainda o apoio da maioria da Casa e rejeitou os argumentos contrários à proposta, acusando a Esquerda de defender criminosos. Ademais, defendeu mudanças na Lei de Execução Penal para combater a impunidade. Condenou também o Governo Lula por recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar restabelecer o aumento do IOF, derrubado pelo Congresso Nacional. Por fim, comemorou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), do Projeto de Lei nº 6.831, de 2010, que condiciona a progressão de regime e o livramento condicional, nos casos de crimes sexuais, à aceitação pelo condenado de tratamento químico para inibição do desejo sexual.

BREVES COMUNICAÇÕES

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, da Vereadora Giselli Bianchini, de Maringá (PR), de seu marido, Fiúza, e de seu Chefe de Gabinete, Felipe.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado reprovou a possibilidade de judicialização da votação recém-concluída, apesar do placar expressivo de 334 votos a favor e 60 contrários. Ademais, afirmou que, entre 2019 e 2025, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) em 306 ocasiões, seguido por Partido Socialista Brasileiro (PSB) (204), REDE (198) e Partido dos Trabalhadores (PT) (162). Comparou esses números aos do Partido Liberal (PL), que teria recorrido ao STF apenas 26 vezes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado manifestou indignação com o caso de um casal de idosos abandonado sem assistência no Aeroporto de Brasília (DF) após um voo da empresa Latam, conforme noticiado pelo jornal *Metrópoles*. Relatou que D. Antonia Costa Batista, de 80 anos, diabética e com necessidade de cirurgia, e seu esposo, Sr. Antonio Batista, de 86 anos, foram deixados do lado de fora do aeroporto, sentados em uma mureta no jardim. Afirmou que o episódio revela a falta de preparo da sociedade para tratar com dignidade a população idosa, que cresce continuamente. Por fim, cobrou, como membro da Comissão e da Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, providências das autoridades competentes e um posicionamento da empresa.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Lula por recorrer repetidamente ao Poder Judiciário para suprir sua falta de apoio político no Congresso Nacional. Ademais, reprovou o Presidente da República por atentar contra o regime democrático, cometer crimes de responsabilidade e promover ataques generalizados ao Parlamento. Ao final, defendeu que já é hora de se discutir o *impeachment* de Lula.

Gilberto Nascimento (PSD - SP) - O Deputado saudou a presença, na Câmara dos Deputados, dos Vereadores Tatiana Antunes e Marcio Almeida, de Guaratinguetá (SP), destacando sua atuação social em prol de crianças autistas e o esforço por recursos para a região do Vale do Paraíba. Cumprimentou também o Prefeito Junior Filippo e as assessorias presentes. Ademais, leu a carta do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (Cimeb), que repudia o Projeto de Lei (PL) nº 442, de 1991, em tramitação no Senado Federal, que autoriza a legalização de cassinos, bingos e jogo do bicho. Alertou ainda para os impactos sociais, familiares e econômicos da proposta, além dos riscos de lavagem de dinheiro. Por fim, afirmou que a Frente Parlamentar Evangélica atuará para rejeitar a proposição legislativa e defendeu que o Brasil precisa de educação, seriedade e desenvolvimento, e não de mais vícios e degradação.

Paulão (PT - AL) - O Deputado denunciou os jogos no Brasil, que estão destruindo famílias. Lamentou que o Partido Liberal (PL) não tenha aprovado o aumento do IOF sobre as *bets*. Destacou o lucro bilionário dessas empresas e relatou que um empresário do setor foi visto em iate de luxo na Grécia, acompanhado de um ex-Presidente da Câmara dos Deputados e de um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Reprovou a condução apressada dos trabalhos legislativos e afirmou que a extrema Direita na Câmara dos Deputados propõe punições severas contra jovens negros e pobres, enquanto busca anistia para o ex-Presidente Bolsonaro e o General Braga Netto. Ademais, defendeu a revogação da escala 6 por 1. Por fim, propôs a tributação dos super-ricos como forma de financiar políticas sociais e combater a injustiça do sistema tributário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a decisão do Governo Federal de abrir crédito extraordinário para reembolsar os aposentados vítimas de fraudes no INSS. Afirmou que a medida transfere a responsabilidade do prejuízo aos próprios aposentados e contribuintes, classificando a gestão Lula como desgoverno. Também cobrou a responsabilização dos culpados pelas fraudes e a devolução dos recursos desviados, com punição exemplar. Ao final, mencionou supostos favorecimentos dentro do Governo e pediu a atuação dos órgãos de controle para garantir justiça e impedir que os prejudicados arquem com os prejuízos causados pela má Gestão.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a atuação da extrema direita no Parlamento, acusando-a de criar factoides para desviar o foco de investigações sobre o uso irregular de emendas parlamentares, as chamadas “emendas Pix”. Informou que mais de 5 mil emendas estão sob apuração pelo Ministro Flávio Dino. Contestou a narrativa de que o Governo Lula seria responsável por fraudes no INSS, afirmando que os desvios começaram no Governo Bolsonaro. Também defendeu a taxação de bilionários, a redução das isenções fiscais e a continuidade de pautas como o fim da escala 6 por 1. Por fim, afirmou ainda que votar contra o IOF é votar contra os aposentados e contra o povo brasileiro.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado respondeu às críticas feitas por um Parlamentar da base governista, defendendo-se das acusações relacionadas a fraudes no INSS. Afirmou que as irregularidades no sistema começaram em 1991 e ocorreram ao longo de diversos governos. Argumentou que durante o Governo Bolsonaro foi editada uma medida provisória para combater essas fraudes, mas emendas da base dos Governos Lula e Dilma teriam afrouxado o texto. Também criticou o atual Governo, afirmando que seus integrantes defendem criminosos, e reforçou que é fácil, segundo ele, restabelecer a verdade sobre quem realmente protege práticas ilícitas.

Simone Marquette (MDB - SP) - A Deputada registrou a presença do Prefeito de Laranjal Paulista (SP), Valdecir Berto, acompanhado dos secretários Paulo Henrique, Arnaldo Neto e Anderson Martins, e parabenizou a comitiva pelo trabalho em prol do Município. Destacou ainda a elevação da Matriz de São João Batista ao status de santuário, homenageando o Bispo Dom Maurício e o Padre Edécio Soares pela conquista.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado destacou a presença de Ronan Dorneles, presidente da Agência de Metrologia do Tocantins e membro do Conselho Nacional do Inmetro, elogiando sua atuação em defesa dos direitos do consumidor. Também ressaltou ainda duas conquistas recentes no Parlamento: a derrubada da cobrança do IOF, que, segundo ele, aliviou a carga tributária sobre os mais pobres, e a aprovação de uma nova



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

regra para progressão de pena, que agora exige o cumprimento de 80% da pena, em vez dos 40% anteriormente exigidos.

Mário Heringer (PDT - MG) - O Deputado criticou a proposta de federalização da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), prevista no projeto de recuperação fiscal apresentado pelo Governo de Minas à Assembleia Legislativa. Informou que a medida evidencia a falta de compromisso do Executivo estadual com a educação e a área social. Também alertou para o risco de fechamento de unidades da Uemg em cidades como Carangola (MG), Ituiutaba (MG) e Montes Claros (MG), o que comprometeria o acesso ao ensino superior em diversas regiões. Por fim, afirmou que o pagamento da dívida do Estado não pode ocorrer à custa da educação pública e classificou o cenário como inaceitável.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado celebrou a aprovação do Projeto de lei nº 1.112, de 2023, que endurece o cumprimento de pena para crimes hediondos e equiparados, estabelecendo o mínimo de 80% da pena em regime fechado. Informou que a proposta, de autoria do Deputado Alfredo Gaspar e relatada pelo Deputado Alberto Fraga, foi considerada pelo Parlamentar uma vitória para a segurança pública e para o povo brasileiro. Também destacou sua trajetória de mais de 40 anos na área e classificou o resultado como histórico.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado fez um balanço dos desafios sociais e econômicos do Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988. Criticou a persistência da pobreza, do analfabetismo e do déficit habitacional, apesar do potencial produtivo do País. Destacou que cerca de 30% da população ainda é semianalfabeta, que há 14 mil obras inacabadas e que milhões vivem em favelas ou sem moradia. Também defendeu a responsabilidade na gestão pública e a necessidade de investir em políticas efetivas, como a geração de empregos. Ao final, enfatizou o papel fundamental dos pequenos e microempresários, responsáveis por mais de 85% dos empregos formais no Brasil.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado declarou apoio à decisão do Congresso Nacional de derrubar o aumento do IOF, classificando-a como correta e respaldada pela maioria da população. Acrescentou que a medida recebeu quase 400 votos na Câmara e foi aprovada de forma simbólica no Senado. Também criticou o Governo Lula, acusando-o de causar aumento do déficit fiscal e da dívida pública, e ironizou o Ministro da Fazenda, chamando-o de “Taxad”, por conta do que classificou como excessiva carga tributária.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou o silêncio da oposição diante da queda do dólar e da inflação de alimentos, ao mesmo tempo em que atacam medidas que buscam justiça tributária. Defendeu o decreto do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

IOF que aumentaria a taxa sobre aplicações milionárias em previdência privada e equalizaria alíquotas entre grandes empresas e pessoas físicas. Afirmou que a oposição atua para proteger super-ricos e se opõe à isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Também destacou avanços do Governo Lula, como a redução histórica do desemprego, o combate à fome e a política de *cashback* da reforma tributária. Por fim, repudiou tentativas de anistiar envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, classificando-os como criminosos que atentaram contra a democracia, e afirmou que a população brasileira quer justiça social e igualdade.

Chris Tonietto (PL - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação do Projeto de lei nº 1.112, de 2023, que determina o cumprimento mínimo de 80% da pena para a progressão de regime em casos de crimes hediondos, milícia e liderança de organizações criminosas. Afirmou que a medida fortalece a segurança pública e criticou os votos contrários, associando-os à defesa de criminosos. Também acusou o Governo Lula de beneficiar réus condenados e declarou que a votação evidenciou o posicionamento de cada bancada diante da criminalidade. Além disso, repudiou o que classificou como tentativas de interferência do Judiciário em decisões legislativas.

Cristiane Lopes (UNIÃO - RO) - A Deputada criticou a condenação de William “Homem do Tempo” pelo STF a 14 anos de prisão e multa de R\$ 30 milhões por envolvimento nos atos de 8 de janeiro. Informou que, William, jornalista e militar da reserva, estava em Brasília de férias e apenas registrava os acontecimentos como comunicador, sem participar de invasões ou depredações. Apontou contradições no relatório da Corte e denunciou violações à liberdade de expressão. Também destacou que o réu tem câncer e corre risco de morrer preso. Por fim, classificou a decisão como perseguição política e defendeu a libertação de outros condenados.

Delegada Ione (AVANTE - MG) - A Deputada relatou o julgamento do feminicídio de Marina Gonçalves, ocorrido há 7 anos em Juiz de Fora (MG). Informou que Marina foi assassinada dentro de casa pelo marido, que foi condenado a 35 anos de prisão após julgamento pelo Tribunal do Júri. Destacou o papel da polícia, do Ministério Público e do Judiciário. Também reforçou a urgência de políticas públicas de proteção às mulheres e mencionou a criação da Casa Mulher Segura, que acolhe vítimas de violência. Por fim, alertou para os números alarmantes de feminicídios no Brasil e defendeu firmeza no combate à violência doméstica.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado defendeu o endurecimento das leis penais no Brasil, elogiando a mudança aprovada pela Câmara que eleva de 40% para 80% o tempo mínimo de cumprimento de pena para progressão de regime em casos de crimes graves. Criticou a atuação de magistrados e delegados que,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

segundo ele, libertam criminosos com base em formalidades ou por falta de vagas no sistema prisional. Também apontou a existência de uma “indústria da impunidade” e responsabilizou a Esquerda por defender criminosos. Encerrou cobrando mais rigor da Justiça e leis mais duras contra a criminalidade.

Alexandre Guimarães (MDB - TO) - O Deputado criticou o anúncio do novo Plano Safra 2025/2026 pelo Governo Federal, apontando inconsistências entre os valores divulgados e a realidade enfrentada pelos produtores rurais. Argumentou que embora o plano prometa R\$ 594 bilhões, o aumento real foi de apenas 1,5%, abaixo da inflação registrada de mais de 5%, o que, segundo ele, reduz o poder de investimento do setor. Também destacou a alta taxa de juros e a diminuição de 5% nos recursos para investimentos, alertando para o risco de queda na produção a médio e longo prazos.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado celebrou a força econômica da Expoacre, destacando o crescimento expressivo da feira agropecuária, que movimentou R\$ 391,5 milhões em Rio Branco (AC) e R\$ 36,6 milhões no Juruá (AM), em 2024. Denunciou o que classificou como ações autoritárias do IBAMA e do ICMBio contra pequenos e médios produtores rurais no Acre, citando embargos por satélite, apreensão de rebanhos e abordagens armadas. Ao final, reforçou a necessidade de diálogo e pediu à Comissão de Agricultura que paute seu requerimento de audiência pública para apurar os excessos.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado reafirmou seu compromisso com a melhoria da saúde pública no Estado do Tocantins e relatou audiência realizada com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, da qual participaram Prefeitos, Secretários e representantes de doze Municípios. Destacou a defesa da construção de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS), envio de ambulâncias, reforma de estruturas existentes, fortalecimento das Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti) e inclusão do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao final, enfatizou a importância do eMulti para garantir atendimento especializado no interior do Estado e defendeu o fortalecimento do municipalismo como caminho para políticas públicas eficazes.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou indignação diante da declaração do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, sobre a intenção do Governo Federal de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a decisão do Congresso Nacional que derrubou o aumento do IOF. Considerou a iniciativa um desrespeito à democracia e criticou a tentativa de transferir ao Poder Judiciário um papel que cabe ao Poder Legislativo. Reafirmou que o STF não representa o povo nem pode usurpar a função de legislar. Ao final, alertou que o aumento do IOF agrava a carga tributária sobre famílias e empreendedores e assegurou que o Congresso resistirá a qualquer medida que viole sua autonomia ou contrarie o interesse nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Rubens Otoni (PT - GO) - O Deputado, na condição de Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura, elogiou o projeto do trem urbano que ligará Luziânia (GO) a Brasília (DF), considerado uma iniciativa de grande impacto social, econômico e ambiental. Ressaltou que o trecho de 58 km, hoje sob concessão da Ferrovia Centro-Atlântica, possui baixa movimentação de cargas e poderá ser adaptado para o transporte de passageiros. Relatou articulações com os Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal, bem como a realização de audiências públicas promovidas pelo Ministério dos Transportes. Ao final, defendeu o projeto como solução sustentável para a mobilidade urbana e o desenvolvimento regional.

Stefano Aguiar (PSD - MG) - O Deputado alertou para o risco de novos incêndios florestais no segundo semestre, recordando a gravidade do cenário registrado em 2024, quando 30 milhões de hectares foram queimados em diversos biomas, segundo o Relatório Anual do Fogo, do projeto MapBiomas. Destacou que o volume foi o segundo maior da série histórica desde 1985 e lamentou os impactos ambientais e sanitários, independentemente da origem das queimadas. Ressaltou ter encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima uma indicação solicitando campanhas nacionais de alerta, conscientização e prevenção. Ao final, defendeu o cuidado com a Criação como dever cristão e apelou por ações preventivas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado celebrou os 30 anos do Plano Real, destacando sua importância como marco de estabilidade econômica e transformação social no Brasil. Ressaltou que a criação da Unidade Real de Valor (URV) e o lançamento do Real permitiram o controle da hiperinflação, restauraram o poder de compra das famílias e viabilizaram programas sociais duradouros. Enalteceu o papel do ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e dos economistas responsáveis pela concepção técnica do plano. Afirmou que a moeda resistiu a diversas crises e consolidou instituições como o Banco Central independente e o regime de metas de inflação. Ao final, defendeu a preservação da estabilidade monetária como compromisso com as futuras gerações.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado criticou a omissão do Governo Federal diante dos efeitos das mudanças climáticas, citando os prejuízos causados por geadas no Sul, estiagens no Nordeste e riscos de apagão de energia para a indústria nacional. Afirmou que, enquanto outros países adotam medidas concretas, o Brasil permanece preso a discursos ideológicos e à burocracia. Rejeitou soluções importadas e defendeu resiliência climática com responsabilidade fiscal e soberania. Propôs investimentos em infraestrutura hídrica inteligente, ampliação das fontes renováveis e apoio ao agronegócio sustentável. Por fim, cobrou um plano nacional de adaptação climática com defesa civil estruturada, monitoramento eficiente e agilidade na liberação de recursos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou o lançamento do programa Microcrédito na Mão, iniciativa do Governo do Maranhão em parceria com o Banco do Nordeste, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Federação Maranhense dos Municípios, voltada à inclusão produtiva e ao fortalecimento da economia local. Destacou o papel do microcrédito orientado como instrumento de transformação social e ressaltou que, em 2024, o programa Crediamigo do Banco do Nordeste aplicou R\$ 1,4 bilhão no Maranhão, com crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior. Enalteceu a atuação integrada de diversas secretarias e instituições e citou a inauguração da centésima unidade do Viva/Procon como símbolo do avanço. Ao final, conclamou a união em favor do desenvolvimento inclusivo.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado alertou para o desperdício de alimentos provocado pelo uso indiscriminado da data de validade como critério absoluto de descarte. Ressaltou que, segundo estudos e diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), diversos produtos podem ser consumidos com segurança após o vencimento, desde que estejam bem armazenados e sem sinais de deterioração. Citou exemplos como café, iogurte, farinha e pão, que mantêm a segurança por dias ou até meses. Ao final, apontou alimentos que exigem descarte imediato, como queijos e embutidos abertos, e defendeu informação de qualidade para evitar desperdício desnecessário.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado criticou a tentativa do Ministério Público Federal (MPF) de impedir o avanço das pesquisas de exploração de petróleo na margem equatorial, especialmente na foz do Rio Amazonas, área estratégica para o desenvolvimento do Amapá. Destacou a chegada do navio-sonda ODN II, operado pela Petrobras, e ressaltou que a operação cumpre todas as exigências legais, ambientais e de segurança. Defendeu a realização dos estudos como etapa essencial para avaliar o potencial energético da região e afirmou que a exploração responsável pode gerar empregos e oportunidades para milhares de famílias. Ao final, reafirmou o compromisso com o crescimento sustentável e o direito do Amapá ao desenvolvimento.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei nº 5.688, de 2023, de sua autoria em conjunto com o Deputado Weliton Prado, que institui a Política Nacional de Diagnóstico e Combate do Papilomavírus Humano (HPV) através do teste molecular PCR HPV DNA. Destacou que a proposição, prestes a ser sancionada, prevê ações integradas de prevenção, diagnóstico, tratamento e ampliação da cobertura vacinal, além da oferta do teste molecular de DNA-HPV (PCR) pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Alertou para a elevada prevalência do vírus entre jovens e para a desigualdade de acesso ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 118.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 02/07/2025

exame. Ao final, agradeceu às equipes técnicas, à Relatora, Senadora Dra. Eudócia (PL-AL), e aos profissionais de saúde que contribuíram para o êxito da proposta.

ENCERRAMENTO